

450

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

FCC
E OUTRAS INSTITUIÇÕES



SÓ 
QUESTÕES

MANAUSPREV-AM

MANAUS PREVIDÊNCIA - AMAZONAS

TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO ADMINISTRATIVA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico-Matemático
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Noções de Inteligência Artificial
- ▶ Noções de Direito Constitucional
- ▶ Noções de Direito Administrativo
- ▶ Noções de Direito Civil
- ▶ Noções de Direito Previdenciário e Legislação Municipal





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas.
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





MANAUSPREV-AM

MANAUS PREVIDÊNCIA - AMAZONAS

GABARITANDO 450 Questões Gabaritadas Técnico Previdenciário - Administrativa

EDITAL Nº 01/2026 DE ABERTURA DE
INSCRIÇÕES

CÓD: OP-032ST-26
7901204402078

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática e Raciocínio Lógico	39
3. Informática.....	55
4. Direito Constitucional	69
5. Direito Administrativo.....	79
6. Administração Geral e Pública	95
7. Direito Penal	113
8. Direito Processual Penal	127

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FCC - 2024)

As palavras cuja presença de acento gráfico se justificam pela mesma regra são

- (A) já - ai - há.
- (B) abdômen - hífen - íterim.
- (C) automóvel - almíscar - protótipo.
- (D) bílis - íris - brócolis.
- (E) juízes - balaústre - país.

2. (FCC - 2024)

A mesma regra justifica a presença de acento em todas as palavras em:

- (A) fanático, solitário, científico, cômico.
- (B) irlandês, polinésio, congolês, indonésio.
- (C) terapêutico, mímica, antepenúltimo, lírico.
- (D) cerimônia, descartável, espécie, música.
- (E) imundície, horário, melancólico, longínquo.

3. (FCC - 2026)

Seguem a mesma regra de acentuação as palavras

- (A) Araújo, inútil, física.
- (B) você, é, nós.
- (C) angústias, atrás, atribuídas.
- (D) decrépita, autocrítica, etária.
- (E) privilégio, sexagenário, média.

4. (FCC - 2026)

Neste ano, Rita Lee e Roberto de Carvalho comemorariam 50 anos do momento em que ela convidou o então guitarrista de Ney Matogrosso para jantar e se apaixonou. “Amor à primeira tecla”, escreveu a roqueira em “Rita Lee: Uma Autobiografia.” Ele está de passagens compradas para o Rio, onde nasceu, para desfilar no último carro da Mocidade Independente de Padre Miguel. A escola levará à Sapucaí o enredo “Rita Lee – A Padroeira da Liberdade”.

Apesar de receber o convite como uma grata surpresa, a família fez exigências: sem produtos animais. “Era algo extremamente importante para Rita e para nós. Tenho certeza de que, onde estiver, ela está se regozijando com essa homenagem.”

Como está a sua relação com a música?

Eu não planejava ser músico profissional. Toquei com alguns artistas, mas o meu encontro com a Rita foi fatal para que a minha vida ficasse inteiramente voltada à música. Quando a gente parou de fazer show, outros interesses surgiram. Eu me dediquei à jardinagem; a Rita, aos livros. Continuo tocando muito. Meu público mais fiel é o Juninho, meu cachorro – basta eu sentar ao piano que ele aparece. Mas não tenho a intenção de exercer a profissão. Não é impossível, mas é improvável. Sinto que, na música, já fiz o que tinha de fazer. Quando toco hoje, às vezes me soa derivativo.

(Disponível em: www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo. 02. 2026. Adaptado) A palavra formada a partir de prefixo de negação está sublinhada no trecho:

- (A) Quando toco hoje, às vezes me soa derivativo.
- (B) Não é impossível, mas é improvável.
- (C) Eu me dediquei à jardinagem; a Rita, aos livros.
- (D) ela está se regozijando com essa homenagem.
- (E) Mas não tenho a intenção de exercer a profissão.

5. (FCC - 2026)

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto a seguir.

Um pai autoritário

No romance **Paradiso**, o grande escritor cubano José Lezama Lima diz que um ser humano só começa a envelhecer depois da morte do pai. Freud atribui a essa morte um dos grandes traumas de um filho.

Mas há também pais terríveis, opressores e tirânicos, na vida e na literatura. **Carta ao pai**, de Franz Kafka, é um dos exemplos notáveis de pai repressivo, que interfere nas relações amorosas e na profissão do filho. Um pai que não se conforma com um grão de felicidade do jovem Franz. **A Carta** é o inventário de uma vida infernal.

É difícil saber até que ponto o pai de Kafka na **Carta** é totalmente verdadeiro. Pode ser uma construção ficcional ou um pai figurado, mais ou menos próximo do verdadeiro. Mas isso atenua o sofrimento do narrador? O leitor acredita na figuração do pai. Em cada página, o que prevalece é uma alternância de sofrimentos e humilhações, imposta por um homem prepotente e



AMOSTRA

autoritário. Um grande escritor não depende de que ele seja inteiramente fiel aos fatos; sua fidelidade é com a força das palavras que é capaz de escrever.

(Adaptado de: HATOUM, Milton. **Um solitário à espreita**.

São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 204)

Os tempos e modos das formas verbais estão adequadamente articulados na frase:

- (A) Seus méritos de narrador serão reconhecidos conforme você venha a escrever.
- (B) Caso você apurasse sua escrita, mais leitores terá conquistado.
- (C) Conviria ao filho que o pai reflita sobre suas supostas ações educativas.
- (D) O filho sempre pedia ao pai que contenha sua fúria injustificável.
- (E) Se você escrever sempre assim, teria minha admiração incondicional.

6. (FCC - 2025)

Interativo demais

Antigamente, os escritores eram admirados apenas pelo que publicavam em livros e revistas. Quando algum leitor gostava muito do que havia lido e queria compartilhar com alguém, dava o livro de presente ou emprestava o seu. O conteúdo mantinha-se preservado, assim como seu autor. Ninguém divulgava um texto de Somerset

Maugham como sendo de Virgínia Woolf, ninguém infiltrava parágrafos do Rubem Braga num texto do Sartre, ninguém criava novos finais para os poemas de Cecília Meireles. O escritor e sua obra eram respeitados, e os leitores podiam confiar no que estavam consumindo.

Além disso, artistas de cinema, músicos e esportistas eram mitos a cuja intimidade não se tinha acesso. Marilyn Monroe, Frank Sinatra e Ayrton Senna entregavam ao público o que prometiam - sua arte - e o resto era especulação. Mais tarde pipocavam biografias, saciando a curiosidade do público, mas o legado desses ícones se manteve para sempre incorruptível: eram os donos legítimos de sua imagem, de sua voz e de suas palavras.

Era uma época em que aceitávamos pacificamente nossa condição de plateia, até que se inventou o conceito de interatividade e as ferramentas para exercê-la. Por um lado, a sociedade se democratizou, todos passaram a ser ouvidos, diminuiu a distância entre padrões

acabou envolvendo para a maledicência e a promiscuidade virtual. Hoje ninguém consegue mais ter controle sobre sua imagem ou seu trabalho. Um ator de televisão diz “oi” para uma amiga na rua e na manhã seguinte correm notícias de que estão de casamento marcado. Uma cantora cancela um show porque está afônica e logo surge o boato de que tentou suicídio. Um escritor publica um texto no jornal e três segundos depois o mesmo texto está na internet, atribuído a Toulouse-Lautrec, que nem escritor foi.

(Adaptado de Martha Medeiros. *A graça da coisa*. L&PM Editores. 2013)

Na frase **Mais tarde pipocavam biografias, saciando a curiosidade do público**, a forma verbal pipocavam expressa

- (A) uma hipótese não realizada, expressando irrealidade do fato.
- (B) uma atividade subordinada à ideia de simultaneidade com o presente.
- (C) um comportamento que começou no passado e se estende até o presente.
- (D) um processo pontual e concluído no passado, reforçando o aspecto factual.
- (E) uma ação habitual, coerente com a ideia de algo recorrente no tempo.

7. (FCC - 2026)

Leia o poema de Cecília Meireles, extraído do livro **Viagem**, para responder à questão.

Serenata

Permite que feche os meus olhos, pois é muito longe e tão tarde! Pensei que era apenas demora, e cantando pus-me a esperar-te.

Permite que agora emudeça: que me conforme em ser sozinha. Há uma doce luz no silêncio e a dor é de origem divina.

Permite que volte o meu rosto para um céu maior que este mundo, e aprenda a ser dócil no sonho como as estrelas no seu rumo.

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o sublinhado no verso Permite que feche os meus olhos está também sublinhado em:

- (A) e cantando pus-me a esperar-te
- (B) Pensei que era apenas demora
- (C) Pensei que era apenas demora
- (D) e aprenda a ser dócil no sonho
- (E) Há uma doce luz no silêncio



RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. (FCC - 2022)

Durante uma campanha de vacinação dos colaboradores, foi realizado o registro diário do número de unidades de seringas de 1 mL consumidas durante 7 dias consecutivos, conforme demonstrado na tabela abaixo. Com isso, a enfermeira pôde verificar o volume de seringa consumido por dia e a variação do consumo de um dia para o outro.

Número de unidades de seringa de 1 mL consumidas por dia							
Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5	Dia 6	Dia 7	Dia 8
48	60	35	23	50	35	48	35

Com esses dados, a enfermeira verificou que a moda das variações do número de consumo diário de seringas de 1 mL, no período considerado, corresponde a

- (A) 35.
- (B) 48.
- (C) 41,5.
- (D) 41,7.
- (E) 42.

2. (FCC - 2024)

A tabela abaixo apresenta um conjunto de dados, com intervalos de classes e frequências absolutas por intervalo, que demonstram os pesos das pessoas que deram entrada, numa única noite, em um posto de saúde público.

l	peso (kg)	fi
1	40 – 44	11
2	44 – 48	5
3	48 – 52	3
4	52 – 56	8
5	56 – 60	12
6	60 – 64	1
7	64 – 68	9

8	68 – 72	6
9	72 – 76	10
10	76 – 80	7
	Σ	72

Para esse caso, a Moda Bruta é de:

- (A) 58 kg.
- (B) 64 kg.
- (C) 56,4 kg.
- (D) 60,6 kg.
- (E) 70 kg.

3. (FCC - 2021)

O número de processamento de documentos da Divisão de Pesquisa e Informação do Tribunal de Justiça requer uma análise refinada de variáveis quantitativas. Dentre os procedimentos analíticos, indicam-se as medidas de dispersão, representadas por

- (A) Média harmônica e Média geométrica.
- (B) Amplitude total e Desvio médio absoluto.
- (C) Moda e Mediana.
- (D) Média aritmética simples e Média aritmética ponderada.
- (E) Mediana para dados agrupados em classes e Mediana para dados não agrupados.

4. (FCC - 2023)

Em determinada empresa, a população (P_1) é formada pelos salários dos 100 empregados, sendo que a média salarial é igual a 5 salários mínimos (SM) e o desvio padrão igual a 0,5 SM. Sabe-se que 20 empregados ganhando, cada um, 5 SM saem da empresa formando uma nova população (P_2) com os 80 empregados restantes. É correto afirmar que

- (A) o salário médio de P_2 é igual a 4 SM.
- (B) o coeficiente de variação de P_2 é igual ao coeficiente de variação de P_1 .
- (C) o desvio padrão de P_2 é igual ao desvio padrão de P_1 multiplicado por 1,25.

AMOSTRA

- (D) a soma dos quadrados dos elementos de P_1 supera a soma dos quadrados dos elementos de P_2 em 250.
 (E) a variância de P_2 é igual a $5/16$.

5. (FCC - 2022)

Uma população P_1 é formada pelos salários, em salários mínimos (SM), dos 100 empregados em uma empresa. A média dos salários de P_1 é igual a 4 SM com um coeficiente de variação igual a 20%. A empresa decide contratar mais 25 empregados ganhando, cada um, 6 SM e verifica que o salário médio passa a ser de 4,4 SM. A nova população P_2 formada, com 125 empregados, apresenta uma variância igual a

- (A) 1,152
 (B) 1,440
 (C) 1,248
 (D) 1,210
 (E) 1,690

6. (FCC - 2024)

A Tabela a seguir demonstra uma série de dados não agrupados que representam o total de faltas no trabalho, por mês, com atestado médico:

Faltas no trabalho por mês em 2023											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
10	10	2	3	4	8	5	2	4	1	1	10

Sendo assim, a Frequência Relativa de 10 faltas é de:

- (A) 20%.
 (B) 25%.
 (C) 10%.
 (D) 30%.
 (E) 12%.

7. (FCC - 2026)

Um fiscal de tributos considera um teste de hipóteses estatístico para avaliar uma política pública, em que a Hipótese Nula (H_0) assume que a política não teve efeito na taxa de inadimplência. Um Erro Tipo I é

- (A) concluir que a política reduziu a inadimplência, quando na verdade ela não produziu efeito algum.
 (B) a probabilidade de o teste identificar corretamente um efeito real quando ele existe (Poder do Teste).
 (C) concluir que a política foi ineficaz, quando na verdade ela reduziu a inadimplência.
 (D) a diferença natural e esperada entre a estatística da amostra e o parâmetro real da população (erro de amostragem).
 (E) manter a Hipótese Nula (afirmar que nada mudou), quando ela é, na verdade, falsa.

8. (FCC - 2025)

Deseja-se saber se a nota média dos alunos (μ) em Matemática de um colégio municipal é superior a 5 ao nível de significância de 5%. Supondo que a população formada pelas respectivas notas seja normalmente distribuída com variância desconhecida, extraiu-se uma amostra aleatória de tamanho 16, com reposição, obtendo uma nota média amostral igual a 6,08 e um desvio padrão Igual a 1,2. Foram formuladas as hipóteses $H_0: \mu = 5$ (hipótese nula) e $H_1: \mu > 5$ (hipótese alternativa)

considerando os resultados apresentados pela amostra. Utilizando o teste t (distribuição de Student) encontra-se o valor da estatística t_c (t calculado) para comparação com o valor t da tabela da distribuição t de Student. A razão entre t_c e o número de graus de liberdade do teste é Igual a



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (FCC - 2026)

Um pesquisador universitário coleta dados pessoais para uma investigação científica sobre padrões de consumo.

Nesse caso, a LGPD

- (A) só se aplica se os dados forem transferidos internacionalmente.
- (B) não se aplica se o pesquisador for pessoa natural, mesmo que publique os resultados em revista científica internacional com fins comerciais.
- (C) não se aplica, pois a pesquisa tem finalidade acadêmica, mas ainda assim outros artigos devem ser observados.
- (D) não se aplica, pois toda pesquisa científica está totalmente fora de seu alcance.
- (E) se aplica integralmente, sem exceções, em qualquer pesquisa acadêmica.

2. (FCC - 2026)

Quanto aos fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados, considere:

- I. o respeito à privacidade;
- II. a autodeterminação informativa;
- III. a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- IV. a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

3. (FCC - 2026)

A Lei Geral de Proteção e Dados NÃO se aplica ao tratamento de dados pessoais para fins

- (A) de utilização por pessoa de direito privado no tocante à defesa nacional.
- (B) abertamente franqueados a particulares e com fins econômicos, realizados por pessoa natural.
- (C) irrestritos de atividades de investigação e repressão penais.

(D) irrestritos de segurança do Estado, sem previsão de medidas proporcionais.

(E) exclusivos de segurança pública.

4. (FCC - 2026)

No contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e das diretrizes de governança e tratamento da informação previstas no MoReq-Jus, é **correto** afirmar que

- (A) o tratamento de dados pessoais deve observar princípios como finalidade, necessidade e transparência, assegurando que as operações realizadas estejam alinhadas às bases legais da LGPD e aos requisitos de governança, rastreabilidade, segurança e controle previstos no MoReq-Jus para sistemas de gestão documental e ambientes institucionais.
- (B) a LGPD se aplica exclusivamente a dados tratados por meios digitais, restringindo seu alcance apenas às operações informatizadas e desconsiderando, inclusive, os procedimentos manuais e híbridos contemplados pelo MoReq-Jus como parte do ciclo de vida dos documentos e dos requisitos de gestão da informação.
- (C) dados pessoais sensíveis incluem qualquer informação disponível em redes sociais, ampliando de forma indevida o conceito legal e ignorando que o MoReq-Jus prevê classificações específicas de informação que não se confundem com a definição restrita de sensibilidade estabelecida pela LGPD.
- (D) a LGPD impede qualquer forma de compartilhamento de dados entre órgãos públicos, estabelecendo uma vedação absoluta que contraria tanto as bases legais previstas na própria lei quanto os requisitos de interoperabilidade e troca segura de informações definidos pelo MoReq-Jus para ambientes institucionais.
- (E) dados anonimizados são considerados dados pessoais para todos os efeitos legais, mantendo-se integralmente sujeitos às regras da LGPD e desconsiderando que o MoReq-Jus prevê mecanismos de anonimização e pseudonimização justamente para diferenciar informações identificáveis daquelas que não permitem reidentificação razoável.

AMOSTRA

5. (FCC - 2026)

Uma equipe de desenvolvimento de sistemas do Ministério Público está projetando um novo sistema de gestão de processos que envolverá o tratamento de dados pessoais de cidadãos e servidores. Durante a fase de especificação, a equipe busca garantir que o sistema atenda aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) desde a sua concepção.

Considerando as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), no desenvolvimento do sistema, o

- (A) princípio da qualidade dos dados estabelece que os dados pessoais devem ser mantidos anonimizados de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade do tratamento.
- (B) princípio da necessidade determina que o tratamento de dados pessoais deve ser limitado ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento.
- (C) princípio da finalidade permite que os dados pessoais coletados sejam posteriormente utilizados para finalidades diferentes daquelas informadas ao titular, desde que haja interesse público justificado.
- (D) tratamento de dados pessoais sensíveis, como dados biométricos para controle de acesso, dispensa o consentimento do titular quando utilizado para segurança institucional.
- (E) princípio da adequação exige que o tratamento seja compatível com as finalidades informadas ao titular, mas permite que os dados sejam repassados a terceiros de acordo com a política de segurança de órgãos públicos.

6. (FCC - 2024)

São agentes de tratamento de dados, segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):

- (A) o arquivista e o técnico de arquivo.
- (B) o servidor público e o cidadão.
- (C) o produtor e o preservador.
- (D) o controlador e o operador.
- (E) o gerente e o supervisor.

7. (FCC - 2024)

Organizações que coletam dados de usuários através de seus sistemas precisam, para a criação de uma política de privacidade eficaz e em consonância com as leis de proteção de dados, informar claramente aos usuários

- (A) quais dados estão sendo coletados e para qual finalidade.
- (B) o tempo máximo de resposta para solicitações de acesso aos dados pelos usuários.
- (C) a frequência com que os dados são atualizados no sistema.
- (D) o histórico completo de todos os acessos aos dados pelos funcionários da empresa.
- (E) a localização física onde os dados são armazenados.

8. (FCC - 2023)

A lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados. Para seus efeitos, considera dado anonimizado aquele:

- (A) Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, referente à saúde ou à vida sexual, vinculado a uma pessoa natural.
- (B) Utilizado sob meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.
- (C) Relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião do seu tratamento.
- (D) Suspenso temporariamente de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados.
- (E) Excluído do conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.

9. (FCC - 2021)

Dentre os princípios que regem as atividades de tratamento de dados pessoais, nos termos do que estatui a Lei Federal nº 13.709/2018, o princípio

- (A) da transparência exige que o titular dos dados seja sempre informado, em qualquer operação de tratamento de dados envolvendo seu nome, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- (B) da finalidade exige que seja informado ao titular o propósito do tratamento de dados, a fim de que seja possível aferir a proporcionalidade e adequação da atuação do operador de dados.
- (C) do consentimento exige ciência, anuência e autorização do titular de dados para tratamento de dados pela Administração pública, que só pode fazê-lo para execução de políticas públicas.

NOÇÕES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

1. (2026)

A Inteligência Artificial (IA) compreende uma área da computação dedicada ao desenvolvimento de sistemas capazes de executar tarefas normalmente associadas a capacidades humanas. Considerando a caracterização apresentada no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A IA limita-se à execução de cálculos matemáticos previamente programados e não pode trabalhar com linguagem natural.
- (B) A IA corresponde exclusivamente a sistemas que reproduzem integralmente o raciocínio e a consciência humanos.
- (C) A IA pode ser empregada para reconhecer padrões, interpretar linguagem, classificar informações, realizar previsões, gerar conteúdo e apoiar decisões.
- (D) Todo sistema automatizado necessariamente emprega aprendizado de máquina e redes neurais profundas.
- (E) A IA somente pode ser considerada existente quando o sistema possui acesso permanente à internet.

2. (2026)

O aprendizado de máquina, ou machine learning, constitui importante abordagem relacionada à Inteligência Artificial. De acordo com o texto, uma característica fundamental dessa abordagem consiste em:

- (A) permitir que modelos identifiquem padrões a partir de dados, em vez de depender exclusivamente de regras programadas manualmente.
- (B) eliminar completamente a utilização de dados durante o funcionamento de sistemas computacionais.
- (C) utilizar necessariamente regras fixas no formato “se A ocorrer, faça B”.
- (D) restringir-se à geração de imagens e conteúdos audiovisuais.
- (E) exigir que todas as decisões tomadas pelo sistema sejam previamente cadastradas por um programador.

3. (2026)

A automação tradicional não deve ser confundida com Inteligência Artificial. Considerando essa distinção, assinale a alternativa correta.

- (A) Uma automação somente funciona quando utiliza modelos generativos de linguagem.
- (B) Todo programa que executa regras previamente estabelecidas é necessariamente um sistema de aprendizado profundo.
- (C) Sistemas de IA são incapazes de trabalhar com situações menos rigidamente estruturadas.
- (D) Um programa pode executar automaticamente uma regra previamente definida sem utilizar aprendizado de máquina.
- (E) Automação tradicional e Inteligência Artificial são expressões equivalentes para qualquer sistema computacional.

4. (2026)

A Inteligência Artificial generativa apresenta características que a distinguem de sistemas destinados exclusivamente à classificação ou execução de regras. Segundo o texto, a IA generativa:

- (A) somente reorganiza conteúdos previamente armazenados, sem produzir novas saídas.
- (B) é projetada para produzir novos conteúdos a partir de padrões aprendidos e das instruções recebidas.
- (C) funciona exclusivamente para criação de textos escritos.
- (D) dispensa qualquer entrada ou orientação fornecida pelo usuário.
- (E) produz necessariamente conteúdos factualmente corretos.



AMOSTRA

5. (2026)

Nas ferramentas de IA generativa de texto, a entrada fornecida pelo usuário exerce papel relevante na orientação da resposta. Essa entrada é normalmente denominada:

- (A) token.
- (B) algoritmo.
- (C) dataset.
- (D) parâmetro neural.
- (E) prompt.

6. (2026)

Large Language Models (LLMs) são modelos desenvolvidos para processar e produzir sequências linguísticas. Durante sua construção, esses modelos:

- (A) aprendem regularidades estatísticas presentes nos dados utilizados em seus processos de treinamento e desenvolvimento.
- (B) armazenam obrigatoriamente cópias integrais de todos os documentos utilizados no treinamento.
- (C) transformam toda informação recebida em uma regra determinística.
- (D) consultam necessariamente a internet antes de produzir cada palavra.
- (E) trabalham exclusivamente com números e não processam linguagem natural.

7. (2026)

No funcionamento de modelos de linguagem, o texto é processado em unidades denominadas tokens. Com relação a esse conceito, assinale a alternativa correta.

- (A) Cada token corresponde obrigatoriamente a uma frase completa.
- (B) Tokens existem apenas em modelos utilizados para geração de imagens.
- (C) Um token pode corresponder a uma palavra inteira, parte de uma palavra, pontuação ou outra unidade textual.
- (D) Um token corresponde necessariamente a uma letra isolada.
- (E) Tokens são fontes externas utilizadas para comprovar a veracidade de uma resposta.

8. (2026)

A geração de respostas pelos modelos de linguagem possui natureza probabilística. Uma consequência importante dessa característica é que:

- (A) toda resposta linguisticamente correta também é necessariamente verdadeira.
- (B) os modelos são incapazes de gerar textos coerentes.
- (C) uma resposta somente pode ser produzida depois da consulta a uma fonte oficial.
- (D) um sistema pode gerar um texto fluente sem oferecer garantia de verdade factual.
- (E) os modelos deixam de utilizar o contexto fornecido pelo usuário.

9. (2026)

A denominada janela de contexto está relacionada à quantidade de informação disponível para o modelo durante determinada interação. Segundo o material, esse contexto pode abranger:

- (A) exclusivamente a última pergunta enviada pelo usuário.
- (B) instruções, mensagens anteriores, documentos fornecidos e outros elementos disponibilizados à ferramenta.
- (C) apenas informações existentes na internet.
- (D) somente documentos produzidos pela própria ferramenta.
- (E) exclusivamente informações armazenadas durante o treinamento original do modelo.

10. (2026)

A organização do contexto fornecido a uma ferramenta de IA influencia a utilidade das respostas. Conforme o texto, é correto afirmar que:

- (A) quanto maior a quantidade de texto fornecida, maior será necessariamente a precisão da resposta.
- (B) informações contraditórias nunca afetam o desempenho de um modelo.
- (C) o contexto é irrelevante quando o prompt possui mais de uma frase.
- (D) documentos extensos garantem a eliminação de alucinações.
- (E) contexto excessivo, contraditório ou mal organizado pode dificultar a identificação da tarefa principal.

11. (2026)

As ferramentas de IA generativa podem apoiar diferentes tarefas intelectuais e profissionais. Entre as atividades apresentadas no texto encontra-se:



NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FCC - 2022)

Segundo a Constituição Federal, no plano das relações internacionais, a República Federativa do Brasil

- (A) buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- (B) defenderá a ação bélica para solução dos conflitos quando determinada por organismo internacional do qual reconhece a jurisdição.
- (C) defenderá a intervenção em outros países para garantir a prevalência dos valores da civilização ocidental judaico-cristã.
- (D) tratará as relações com Estados considerados desenvolvidos de maneira privilegiada.
- (E) não concederá asilo político a cidadãos originários de Estados com os quais não mantém relação diplomática.

2. (FCC - 2021)

Dentre os princípios das relações internacionais há aquele que surgiu como consequência natural do processo de descolonização, ganhando impulso nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial e que garante o livre desenvolvimento econômico, social e cultural de nosso País. Trata-se do princípio

- (A) do fortalecimento da autonomia interna.
- (B) da prevalência dos direitos humanos.
- (C) da autodeterminação dos povos.
- (D) da não intervenção estrangeira.
- (E) da igualdade e independência entre os povos.

3. (FCC - 2021)

Sobre as normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, considere:

I. A cidadania e a dignidade da pessoa humana são princípios que regem a República em suas relações internacionais.

II. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República.

III. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade e quaisquer outras formas de discriminação, é objetivo fundamental da República.

IV. A defesa da paz e a não intervenção são fundamentos da República.

À luz da Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I e II.

4. (FCC - 2021)

São, respectivamente, fundamento e objetivo fundamental da República:

- (A) a erradicação da pobreza e a não intervenção.
- (B) o pluralismo político e a independência nacional.
- (C) a solução pacífica dos conflitos e a prevalência dos direitos humanos.
- (D) a defesa da paz e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (E) a dignidade da pessoa humana e a garantia do desenvolvimento nacional.

5. (FCC - 2025)

Considere os seguintes dispositivos, extraídos de textos legais:

I. O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nos casos previstos nesta Lei.

II. Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva. [...] Os reconhecidamente pobres estão isentos de pagamento de emolumentos pelas demais certidões extraídas pelo cartório de registro civil.

III. A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em Investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do Juiz competente da ação principal, sob sigilo de Justiça.



AMOSTRA

IV. Caracterizada a situação de depositário Infiel, o Secretário da Receita Federal comunicará ao representante Judicial da Fazenda Nacional para que ajuíze ação civil a fim de exigir o recolhimento do valor do Imposto, taxa ou contribuição descontado, com os correspondentes acréscimos legais. (...) Do pedido constará, ainda, a cominação da pena de prisão.

É compatível com a disciplina constitucional dos direitos e deveres individuais e coletivos e com a jurisprudência pertinente do Supremo Tribunal Federal o quanto estabelecido **APENAS** em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

6. (FCC - 2023)

Flávio não paga, há 2 meses, pensão alimentícia fixada em juízo para seu filho, menor de idade. Laila, sua atual esposa, possui uma dívida civil, em razão de não ter pago alguns produtos alimentícios que adquiriu no supermercado, sem qualquer justificativa. De acordo com a Constituição Federal, a prisão civil, por esses motivos, será possível para

- (A) Flávio, apenas, desde que o inadimplemento seja voluntário e inescusável.
- (B) Laila, apenas, independentemente do inadimplemento ser voluntário ou inescusável, por expressa disposição constitucional.
- (C) Flávio, apenas, independentemente do inadimplemento ser voluntário ou inescusável, pois se trata de sobrevivência de filho menor de idade.
- (D) Flávio e Laila, tendo em vista a possibilidade de prisão civil apenas nesses dois casos.
- (E) Laila, apenas, porque o inadimplemento é voluntário e inescusável.

7. (FCC - 2022)

Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988.

Claudio, brasileiro residente no Brasil, é único herdeiro de um bem imóvel, situado no território nacional, deixado pelo seu pai, que era japonês e faleceu solteiro no Japão. Considerando apenas as informações fornecidas, essa sucessão será regulada

- (A) sempre pela lei brasileira, tendo em vista que o herdeiro Claudio reside no Brasil.
- (B) sempre pela lei japonesa, tendo em vista tratar-se de bem deixado por estrangeiro falecido no exterior.
- (C) sempre pela lei brasileira, tendo em vista que o bem encontra-se situado em território nacional.
- (D) pela lei brasileira ou japonesa, a critério unicamente de Claudio.
- (E) pela lei japonesa, apenas se essa for mais favorável para Claudio.

8. (FCC - 2024)

Rodolfo, brasileiro, tem 50 anos de idade, é trabalhador urbano e realiza seu trabalho no período noturno, em turnos ininterruptos de revezamento. São direitos de Rodolfo, dentre outros, remuneração

- (A) igual à do trabalhador diurno, sendo vedada a distinção entre os horários de trabalho, e duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, salvo negociação coletiva.
- (B) superior à do trabalho diurno e jornada de seis horas, não podendo ser alterada em negociação coletiva.
- (C) superior à do trabalho diurno e duração do trabalho normal de até oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, salvo negociação coletiva.
- (D) igual à do trabalhador diurno, sendo vedada a distinção entre os horários de trabalho, e jornada de seis horas.
- (E) superior à do trabalho diurno e jornada de seis horas, salvo negociação coletiva.

9. (FCC - 2022)

Atenção: Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988.

Fátima é trabalhadora doméstica; Ernani é trabalhador rural; e Viviane é chefe de departamento pessoal em uma empresa privada na cidade de Teresina. Nesses casos,

- (A) Fátima, Ernani e Viviane têm direito, dentre outros, ao 13º salário com base na remuneração integral; à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal; e à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- (B) apenas Ernani e Viviane têm direito ao 13º salário com base na remuneração integral; apenas Fátima e Viviane têm direito à remuneração do



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FCC - 2026)

De acordo com Morgan (2002), o conflito entre os direitos de cidadão e os de empregado remunerado, em uma situação de autoridade, poder e relações superior-subordinado, é caracterizado pela metáfora:

- (A) Fluxos e transformação.
- (B) Organismos.
- (C) Prisões psíquicas.
- (D) Sistemas políticos.
- (E) Máquinas.

2. (FCC - 2025)

Partindo da definição de que processo organizacional é aquele que tem como base uma reunião em cadeia de tarefas organizadas cronologicamente e com objetivo de fazer uma entrega recorrente de serviço em contexto de fluxo de produção, dentro de uma classificação de modelos, o processo organizacional de apoio é aquele em que

- (A) não se entrega valor diretamente ao usuário/cliente.
- (B) não se admitem ajustes de procedimentos no curso do processo.
- (C) há entrega final do serviço ao usuário/cliente.
- (D) há percepção de valor pelo usuário/cliente.
- (E) há coordenação entre os processos primários e de gerenciamento.

3. (FCC - 2021)

O critério que define o direito público resumindo-o às regras de organização e gestão dos serviços públicos exercidos pelo Estado ficou conhecido como o critério

- (A) residual.
- (B) do Poder Executivo.
- (C) da escola *puissance publique*.
- (D) do serviço público.
- (E) das relações jurídicas.

4. (FCC - 2023)

Quanto aos atributos e elementos do ato administrativo e respectiva relação com a existência e validade,

(A) a presunção de legitimidade que informa todos os atos administrativos não afasta a possibilidade de controle judicial em relação a eventuais vícios de legalidade, como no caso de ato proferido por autoridade incompetente.

(B) a imperatividade dos atos administrativos enseja medidas de autoexecutoriedade e, em razão da natureza discricionária, não admite controle judicial, apenas autotutela por parte da Administração Pública.

(C) a exigibilidade dos atos administrativos guarda relação direta com a forma, estando presente apenas nos atos vinculados que, como tal, encontram todos os seus requisitos de validade elencados na lei.

(D) o vício relativo ao motivo, ou seja, quanto aos pressupostos fáticos do ato, pode ser objeto de controle judicial, sem prejuízo da possibilidade de convalidação.

(E) o objeto do ato administrativo pode ser discricionário ou vinculado, sendo que somente os atos discricionários que apresentem vícios poderão ser convalidados.

5. (FCC - 2024)

Considere a seguinte situação hipotética: Zeus, servidor público federal, pretende extinguir determinado ato administrativo, por conter ilegalidade. Já Ares, também servidor público federal, pretende extinguir determinado ato administrativo válido por razões de conveniência e oportunidade. No caso narrado,

(A) Zeus deverá anular o ato e Ares deverá revogar o ato; e ambas as medidas dar-se-ão com efeitos *ex tunc*.

(B) ambos os atos deverão ser revogados.

(C) Zeus deverá anular o ato, com efeitos *ex nunc*, e Ares deverá revogar o ato, com efeitos *ex tunc*.

(D) ambos os atos deverão ser anulados.

(E) Zeus deverá anular o ato, com efeitos *ex tunc*, e Ares deverá revogar o ato, com efeitos *ex nunc*.



AMOSTRA

6. (FCC - 2023)

Um servidor público pretende extinguir ato administrativo válido, por razões de oportunidade e conveniência. Nesse caso, a extinção do ato

- (A) não será possível, tendo em vista tratar-se de ato administrativo válido, isto é, editado em conformidade com a lei.
- (B) dar-se-á por meio de revogação, que corresponde a ato administrativo discricionário da Administração Pública, desde que presentes os requisitos legais.
- (C) dar-se-á por meio de anulação, desde que observados os requisitos legais e respeitados os efeitos já produzidos pelo ato.
- (D) dar-se-á por meio de revogação, desde que o ato que se pretende extinguir seja vinculado, pois apenas atos administrativos dessa natureza comportam revogação.
- (E) poderá ocorrer tanto por meio de revogação quanto por anulação, no entanto, na primeira hipótese, produzirá efeitos *ex tunc*.

7. (FCC - 2022)

Um gestor contratual atesta de forma definitiva, mediante termo detalhado, o recebimento de um produto nos autos do processo administrativo dedicado à gestão contratual. Todavia, uma auditoria do órgão constata que o produto recebido, embora embalado como se fosse da qualidade “A”, prevista no contrato, era na realidade da qualidade “B”, notoriamente inferior. Notificada, a empresa contratada alega erro em seu processo produtivo e se dispõe a substituir o produto.

De acordo com a situação acima, o ato administrativo de recebimento do objeto contratual deve ser

- (A) convalidado, uma vez que haja a substituição do material equivocadamente fornecido.
- (B) revogado, com base em exercício de discricionariedade técnica.
- (C) mantido, com base no princípio da economia processual.
- (D) cassado, em vista do descumprimento de requisitos por seu beneficiário.
- (E) invalidado, por vício de motivo.

8. (FCC - 2022)

Considere que determinado ato administrativo, de caráter discricionário, tenha sido praticado com base em razões de fato e de direito consignadas na exposição de motivos que acompanhou a sua edição.

Ocorre que, posteriormente, verificou-se a falsidade de todos os aspectos fáticos consignados pela autoridade prolatora. Diante de tal contexto, o ato em questão

- (A) deverá ser revogado pela própria Administração, no exercício da autotutela, vedada a apreciação judicial dos motivos determinantes para sua edição.
- (B) é passível de anulação judicial, por vício de motivo, que não se confunde com o exame do mérito do ato, este que é vedado ao Poder Judiciário.
- (C) poderá ser anulado, a critério da autoridade prolatora, ou convalidado pela autoridade hierarquicamente superior, mantendo-se apenas a sua motivação jurídica.
- (D) é passível de revogação, em sede administrativa ou judicial, por ausência das razões de conveniência e oportunidade necessárias para justificar sua edição.
- (E) é nulo, por desvio de finalidade, sendo obrigatória a revogação pela própria Administração no exercício da autotutela, sob pena de adoção de tal providência em sede judicial.

9. (FCC - 2022)

Lucas era responsável pela gestão de um contrato administrativo referente à prestação de serviços de limpeza de caráter contínuo em um órgão público federal. Ao reexaminar o respectivo processo administrativo, deu-se conta de que ele próprio havia, dentro de sua competência legal, aprovado uma apostila de reajustamento dos valores contratuais com erro na fórmula de cálculo, o que iria resultar em prejuízo para a empresa prestadora do serviço. Diante de tal situação, Lucas, na qualidade de gestor, deverá

- (A) manter o ato como está, pois o princípio da supremacia do interesse público justifica a manutenção da vantagem obtida pela Administração, sem contestação pela empresa contratada.
- (B) representar ao superior hierárquico, para que este anule o apostilamento do reajuste, em observância do princípio da hierarquia.
- (C) promover a anulação do referido ato administrativo, com base no princípio da autotutela.
- (D) revogar o ato administrativo em questão, com base no princípio da discricionariedade.
- (E) promover a cassação do referido ato administrativo, com base no princípio da boa-fé.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

1. (FCC - 2026)

Sílvio estava em perigo de vida quando desapareceu há um ano.

Nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, em conformidade com o Código Civil,

(A) não pode ser declarada a morte presumida de Sílvio, pois a mesma só pode ser decretada se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até cinco anos após o término da guerra.

(B) depois de esgotadas as buscas e averiguações, pode ser declarada a morte presumida de Sílvio, com obrigatória decretação de ausência, se for extremamente provável a sua morte.

(C) não pode ser declarada a morte presumida de Sílvio, pois a mesma só pode ser decretada se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.

(D) depois de esgotadas as buscas e averiguações, pode ser declarada a morte presumida de Sílvio, sem decretação de ausência, se for extremamente provável a sua morte.

(E) não pode ser declarada a morte presumida de Sílvio, pois a mesma só poderia ser decretada se ele tivesse desaparecido há pelo menos dez anos.

2. (FCC - 2023)

O Código Civil estabelece que são absolutamente incapazes os

(A) excepcionais sem desenvolvimento mental completo.

(B) pródigos e os viciados em tóxico.

(C) que, por enfermidade ou deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

(D) menores de 16 anos.

(E) que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.

3. (FCC - 2023)

Arnaldo tem 21 anos e é pródigo. Bruna tem 95 anos e, por causa permanente, não é capaz de exprimir sua vontade, Cláudia tem 16 anos e é casada. Daniel tem 15 anos e é viciado em tóxico. De acordo com o Código Civil,

(A) apenas Arnaldo, Bruna e Cláudia são relativamente incapazes.

(B) todos eles são relativamente incapazes.

(C) todos eles são absolutamente incapazes.

(D) apenas Arnaldo e Bruna são relativamente incapazes.

(E) apenas Bruna e Daniel são absolutamente incapazes.

4. (FCC - 2022)

A respeito da emancipação e das normas que estabelecem a aquisição da plena capacidade civil, considere as assertivas abaixo:

I. A emancipação feita em documento escrito e assinado por quem for detentor da guarda é válida, se o emancipado tiver entre 12 e 15 anos incompletos.

II. A emancipação feita por ambos os pais, ao filho com idade de 18 anos incompletos, exige instrumento público.

III. A emancipação feita por tutor em relação ao tutelado depende de decisão judicial.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) II.

(C) I e II.

(D) II e III.

(E) I e III.

5. (FCC - 2022)

De acordo com o Código Civil, a morte presumida da pessoa

(A) não pode ser judicialmente declarada sem que haja requerimento de algum dos seus sucessores.

(B) pode ser declarada mesmo sem decretação de ausência.



AMOSTRA

(C) só pode ser declarada se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.

(D) não autoriza a abertura da sucessão antes de decorridos dez anos do trânsito em julgado da sentença que a declarar.

(E) pode ser registrada em registro público independentemente de declaração judicial em casos de catástrofes naturais.

6. (FCC - 2022)

João foi concebido no dia 01 de janeiro de 2004, nasceu no dia 02 de outubro de 2004 e teve o seu nascimento registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais no dia 03 de outubro de 2004. Aos 16 anos, no dia 04 de outubro de 2020, foi emancipado pelos seus pais, tendo atingido a maioridade aos 18 anos, no dia 02 de outubro de 2022. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, João adquiriu personalidade civil em

- (A) 01 de janeiro de 2004.
- (B) 02 de outubro de 2004.
- (C) 03 de outubro de 2004.
- (D) 04 de outubro de 2020.
- (E) 02 de outubro de 2022.

7. (FCC - 2021)

Três irmãos, Edinaldo, Tiago e Umberto, estavam em uma viagem de barco por um dos afluentes do Rio Amazonas, quando a embarcação naufragou em local de forte correnteza. Umberto foi o único sobrevivente encontrado e confirma que viu Edinaldo e Tiago tentando lutar contra a correnteza quando o barco afundou, de modo que é extremamente provável que ambos tenham morrido. Após esgotarem todos os meios de buscas e verificações, não localizaram os corpos dos dois irmãos e nem foi possível determinar quem faleceu antes. Nessas circunstâncias, de acordo com o Código Civil, poderá ser declarada, para Edinaldo e Tiago, a morte

- (A) presumida, em comoriência, mesmo sem decretação de ausência.
- (B) presumida, em comoriência, necessariamente após a decretação de ausência.
- (C) ficta, sem comoriência, independentemente de decretação de ausência.
- (D) real, em comoriência.
- (E) ficta, sem comoriência, necessariamente após a decretação de ausência.

8. (FCC - 2021)

Renato completou dezesseis anos na semana passada. De acordo com as disposições da parte geral do Código Civil de 2002, ele é considerado

- (A) relativamente incapaz para certos atos da vida civil, salvo se for emancipado, devendo, nesses casos, ser assistido para praticá-los.
- (B) relativamente incapaz para os atos da vida civil, mesmo que seja emancipado, devendo ser assistido para praticá-los.
- (C) absolutamente incapaz para os atos da vida civil, devendo ser representado para praticá-los.
- (D) absolutamente capaz para os atos da vida civil, independentemente de ser emancipado ou não, dispensando-se assistência ou representação para a validade de sua expressão de vontade com efeito civil.
- (E) relativamente incapaz para os atos da vida civil, desde que ele seja emancipado, pois do contrário ele precisará ser representado para praticá-los.

9. (FCC - 2021)

A parte geral do Código Civil estabelece regras a respeito da capacidade civil das pessoas naturais. As regras em vigor no ordenamento jurídico civil consideram absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil a pessoa

- (A) menor de vinte e um anos.
- (B) menor de dezoito anos.
- (C) menor de dezesseis anos.
- (D) que seja ébria habitual e os viciados em tóxico, mesmo depois de cessada a menoridade.
- (E) que, por causa transitória ou permanente, não puder exprimir sua vontade, mesmo depois de cessada a menoridade.

10. (FCC - 2022)

André, casado com Beatriz, faleceu deixando um filho (Caio) e um neto (Damião), além de um irmão (Ernesto) e uma sobrinha (Flávia), todos maiores e capazes. De acordo com o Código Civil, terão legitimação para requerer a cessação de lesão a direito da personalidade de André:

- (A) Beatriz, apenas.
- (B) Beatriz, Caio e Damião, apenas.
- (C) Caio e Damião, apenas.
- (D) Beatriz, Caio, Damião e Ernesto, apenas.
- (E) Beatriz, Caio, Damião, Ernesto e Flávia.



NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

1. (FCC - 2026)

São mecanismos que concretizam, na prática do Supremo Tribunal Federal, a teoria da “Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição”, de Peter Häberle,

- (A) o instituto da repercussão geral no recurso extraordinário e o julgamento de recursos especiais repetitivos.
- (B) o efeito vinculante das decisões proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade e a autoridade da coisa julgada.
- (C) a realização de audiências públicas e a intervenção do *amicus curiae* (amigo da corte) nos processos de controle de constitucionalidade.
- (D) o controle concentrado e abstrato de constitucionalidade e o princípio da reserva de plenário para a declaração de inconstitucionalidade.
- (E) a impetração de *habeas corpus* para a tutela da liberdade de locomoção e de mandado de segurança para a proteção de direito líquido e certo.

2. (FCC - 2026)

O reconhecimento de direito com base em interpretação conforme a Constituição, em diálogo com normas internacionais de direitos humanos, por órgão fracionário de tribunal, o qual, por sua vez, afasta a restrição a esse direito promovida por lei interna,

- (A) ofende a cláusula de reserva de plenário e a competência do Supremo Tribunal Federal, de modo que a adequação interpretativa deve se dar por alteração legislativa.
- (B) é inadmissível, tendo em vista que a utilização de parâmetros internacionais não possui relevância jurídica interna.
- (C) exige prévia declaração formal de inconstitucionalidade pelo plenário, ainda que se trate do uso da técnica de interpretação conforme a Constituição.
- (D) é admissível, tendo em vista que tal interpretação admite adequação da norma infraconstitucional sem declaração de invalidade.
- (E) depende de provocação em controle concentrado incidental, remetendo a controvérsia para análise pelo plenário.

3. (FCC - 2022)

A mutação constitucional pressupõe que

- (A) deverá haver emenda constitucional ao texto.
- (B) há nova constituição vigente.
- (C) há nova interpretação sem alteração do texto.
- (D) o que antes era legal, passou a ser ilegal.
- (E) houve alteração formal da Constituição, por qualquer meio de revisão.

4. (FCC - 2022)

Em sede de arguição de descumprimento de preceito fundamental tendo por objeto dispositivos legais atinentes à legítima defesa no âmbito da legislação penal e processual penal, ajuizada em virtude de decisões de Tribunais de Justiça que ora validavam, ora anulavam vereditos de tribunais de júri que absolviavam réus processados pela prática de feminicídio com fundamento na tese da legítima defesa da honra, foi concedida medida cautelar pelo Supremo Tribunal Federal para os fins de (i) *firmar o entendimento de que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional*; (ii) *excluir a legítima defesa da honra do âmbito do instituto da legítima defesa previsto nos dispositivos objeto da arguição*; e (iii) *obstar à defesa, à acusação, à autoridade policial e ao juízo que utilizem, direta ou indiretamente, a tese de legítima defesa da honra (ou qualquer argumento que induza à tese) nas fases pré-processual ou processual penais, bem como durante o julgamento perante o tribunal do júri, sob pena de nulidade do ato e do julgamento*.

No caso em tela, em relação aos dispositivos legais impugnados, o Supremo Tribunal Federal procedeu à

- (A) declaração parcial de inconstitucionalidade, com redução de texto, sendo a referida decisão dotada de eficácia inter partes e efeitos *ex nunc*.
- (B) declaração parcial de inconstitucionalidade, com redução de texto, sendo a referida decisão dotada de efeito vinculante, eficácia erga omnes e efeitos *ex tunc*.
- (C) interpretação conforme à Constituição, sendo a referida decisão dotada de eficácia inter partes e efeitos *ex tunc*.

AMOSTRA

(D) interpretação conforme à Constituição, sendo a referida decisão dotada de efeito vinculante, eficácia erga omnes e efeitos *ex nunc*.

(E) mutação constitucional por via da interpretação judicial, sendo a referida decisão dotada de efeito vinculante, eficácia *erga omnes* e efeitos *pro futuro*.

5. (FCC - 2021)

Segundo J.J. Gomes Canotilho são princípios e regras interpretativas das normas constitucionais, entre outros,

(A) o efeito plástico, a organicidade material e a teleologia.

(B) a justeza, a concordância prática e a clareza dos conceitos.

(C) a força normativa da constituição, a harmonização e a teleologia.

(D) o efeito estagnativo, a conformidade funcional e a harmonização.

(E) a unidade da constituição, o efeito integrador e a conformidade constitucional.

6. (FCC - 2021)

Dentre os princípios de interpretação constitucional, aquele que indica a necessidade de se dar preferência aos critérios de interpretação que favoreçam a integração política e social e o reforço da unidade política é chamado de princípio

(A) do efeito integrador.

(B) da máxima efetividade.

(C) da conformidade funcional.

(D) da harmonização integrativa.

(E) da concordância prática.

7. (FCC - 2019)

Nos termos da legislação atual, Vitor, que é aposentado como Gerente da empresa Armarinhos A Ltda., pode fazer parte do Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS), pois este órgão superior é de deliberação colegiada, compondo-se de

(A) cinco representantes da sociedade civil, sendo dois representantes dos aposentados e pensionistas.

(B) sete representantes da sociedade civil, sendo um representante dos aposentados e um dos pensionistas.

(C) oito representantes da sociedade civil, sendo três representantes apenas dos aposentados.

(D) nove representantes da sociedade civil, sendo três representantes dos aposentados e pensionistas.

(E) quatro representantes da sociedade civil, sendo dois representantes dos aposentados e pensionistas.

8. (FCC - 2025)

Com fulcro no regime próprio de previdência social (RPPS) e na legislação que rege os benefícios da seguridade social aplicados aos servidores públicos,

(A) no RPPS, o abono de permanência é devido ao servidor que já cumpriu os requisitos para aposentadoria voluntária e opta por permanecer em atividade, sendo equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária.

(B) o auxílio-doença no âmbito do RPPS é destinado apenas aos servidores públicos ocupantes de cargos comissionados, não sendo concedido aos servidores efetivos.

(C) a assistência à saúde dos servidores públicos, no âmbito da seguridade social, é financiada integralmente pelos entes federativos, sendo vedada qualquer contribuição direta dos servidores para programas de saúde suplementar.

(D) o benefício de aposentadoria por invalidez no RPPS é concedido ao servidor público independentemente de avaliação pericial, desde que a condição de saúde seja atestada por laudo médico particular.

(E) a pensão por morte concedida no âmbito do RPPS é calculada com base na remuneração integral do servidor falecido, não sendo permitida a aplicação de cotas proporcionais entre os dependentes.

9. (FCC - 2025)

O regime de previdência complementar dos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União apresenta, entre outras, a seguinte característica:

(A) os participantes do regime de previdência complementar farão jus a um benefício especial, de caráter indenizatório, calculado com base nas contribuições vertidas ao sistema.

(B) somente mediante sua prévia e expressa opção, o servidor público que ingressou no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do regime de previdência complementar estará a este submetido.

(C) os servidores que ingressarem no serviço público federal deverão solicitar inscrição no regime de previdência complementar em sessenta dias, contados da data de sua nomeação.





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

